

## **TRABALHO PÓS-APOSENTADORIA: AS POLÍTICAS SOCIAIS E AS MOTIVAÇÕES DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM ODS (8)**

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos

Pedro Henrique Campos de Siqueira (Universidade de Taubaté)  
Wendry Maria Paixão Pereira (Universidade de Taubaté)

### **Resumo**

O fenômeno da continuidade laboral entre profissionais de enfermagem aposentados no Brasil tem ganhado relevância, particularmente em um contexto de transformações nas políticas sociais e previdenciárias. Este estudo tem como objetivo investigar as motivações que levam esses profissionais a permanecerem no mercado de trabalho após a aposentadoria. Utilizando uma revisão integrativa da literatura, estruturada com base em uma questão norteadora: 'Quais são as principais motivações e desafios enfrentados por profissionais de enfermagem aposentados que continuam no mercado de trabalho, considerando o impacto das políticas sociais brasileiras?' foram analisados estudos que abordam aspectos econômicos, sociais e emocionais ligados à decisão desses profissionais de continuar trabalhando. Os resultados indicam que a necessidade de complementação de renda, associada à insuficiência dos benefícios previdenciários, é um dos principais fatores. Além disso, o trabalho assume um papel central na construção da identidade e na satisfação pessoal desses indivíduos, dificultando o afastamento completo da profissão. Além da questão econômica, o trabalho na área da saúde, especialmente no SUS, carrega um forte componente vocacional. Muitos trabalhadores veem no cuidado com o paciente uma missão que vai além da remuneração, o que faz com que relutem em deixar a profissão mesmo após a aposentadoria. Conclui-se que a continuidade laboral reflete tanto a precariedade das políticas sociais como o impacto emocional de se distanciar do ambiente de trabalho. Reformas nas políticas públicas são necessárias para assegurar uma aposentadoria digna e promover o bem-estar dos profissionais aposentados. A precarização das condições de trabalho, aliada à desvalorização dos direitos previdenciários, transformam a aposentadoria em um período de insegurança e incertezas, forçando muitos trabalhadores a seguir ativos para garantir sua subsistência.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento humano; Aposentadoria; Trabalho; Enfermagem; Políticas sociais.

### **Introdução**

A continuidade laboral de profissionais de enfermagem após a aposentadoria tem se mostrado um fenômeno de crescente interesse, especialmente em um

contexto de transformações nas políticas sociais e previdenciárias. A permanência desses profissionais no mercado de trabalho reflete não apenas uma necessidade econômica, mas também a relevância que o trabalho assume em suas vidas, configurando-se como um elemento central de sua identidade e satisfação pessoal. Em um país com uma população envelhecida, compreender as motivações que levam esses indivíduos a seguirem ativos após a aposentadoria é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas que atendam às suas necessidades e promovam um envelhecimento saudável (Santos *et al.*, 2012; Arendt, 2007).

As políticas sociais no Brasil têm enfrentado uma série de desafios, especialmente com a implementação de ajustes fiscais que comprometem diretamente o financiamento e a sustentabilidade da seguridade social. A partir da década de 1990, com a implementação de políticas neoliberais, houve uma redução significativa nos investimentos em previdência e assistência social, comprometendo os direitos adquiridos por muitos trabalhadores. Este cenário é agravado pela crise do capital, que reforça a precarização das condições de trabalho e, conseqüentemente, o retorno ou a permanência de profissionais aposentados no mercado laboral (Bravo *et al.*, 2020). Tais transformações afetam de maneira direta os trabalhadores da saúde, incluindo os profissionais de enfermagem, que enfrentam não apenas a diminuição da renda, mas também o impacto emocional e social, afastando-se de um ambiente de trabalho que por muitos anos foi parte central de suas rotinas e identidades.

As políticas sociais, quando compreendidas como um direito de cidadania, devem promover o bem-estar e a segurança econômica dos trabalhadores ao longo de toda a vida, incluindo a fase da aposentadoria. Contudo, no Brasil, essa realidade tem se mostrado distante para muitos profissionais, especialmente em setores como a enfermagem. O conceito de políticas públicas, como abordado por Pereira (2008), destaca que o papel do Estado vai além de simplesmente intervir nas questões sociais; ele deve garantir condições dignas para garantir o pleno exercício da cidadania em todas as etapas da vida. Nesse contexto, a permanência no mercado de trabalho após a aposentadoria revela as lacunas existentes nas políticas públicas,

que falham em proporcionar uma aposentadoria adequada para esses profissionais (Pereira, 2008).

A histórica relação entre trabalho e capital no Brasil contribui para a compreensão desse fenômeno. De acordo com Behring e Boschetti (2013), as políticas sociais no país sempre estiveram vinculadas a um contexto de subordinação do trabalho ao capital. As transformações nas políticas previdenciárias e sociais, especialmente no que se refere à seguridade social, têm resultado em uma maior fragilidade dos direitos dos trabalhadores aposentados, que frequentemente optam por continuar suas atividades profissionais devido à insuficiência da aposentadoria e à necessidade de complementar a renda. Além disso, as questões emocionais e sociais, como o sentimento de pertencimento e realização pessoal, também influenciam a decisão de continuar no mercado de trabalho (Behring & Boschetti, 2013).

Por fim, a crise estrutural do capital agrava ainda mais essa situação. Como destacado por Silva (2015), a intensificação das crises econômicas, juntamente com a financeirização das relações de trabalho, força muitos profissionais aposentados a continuar no mercado de trabalho. A precarização das condições de trabalho, aliada à desvalorização dos direitos previdenciários, transforma a aposentadoria em um período de insegurança e incertezas, forçando muitos trabalhadores a seguir ativos para garantir sua subsistência. Nesse sentido, compreender as motivações dos profissionais de enfermagem aposentados para continuar trabalhando é fundamental para propor soluções que visem melhorar suas condições de vida e promover uma política social mais justa e inclusiva (Silva, 2015).

## **Revisão da literatura**

### **Envelhecimento e Aposentadoria**

O real processo de envelhecimento vai além das mudanças biológicas e envolve uma complexa interação de fatores sociais, econômicos e culturais. Para muitos idosos, a aposentadoria traz consigo desafios financeiros significativos, principalmente devido à insuficiência da renda proporcionada por seus benefícios previdenciários. Esse cenário é especialmente preocupante entre os profissionais de

enfermagem, que, ao longo de suas carreiras, lidam com salários modestos e condições de trabalho árduas. Como resultado, muitos continuam trabalhando mesmo após alcançarem a idade de aposentadoria, em busca de estabilidade financeira (Santos *et al.*, 2012).

No contexto brasileiro, o envelhecimento não se limita às mudanças biológicas naturais da idade, mas envolve uma interação complexa de aspectos sociais, econômicos e culturais. Para muitos idosos, a aposentadoria se torna um período de desafios financeiros significativos, sobretudo devido à insuficiência dos benefícios previdenciários para cobrir suas necessidades básicas. Essa realidade é particularmente preocupante entre os profissionais de enfermagem, que, ao longo de suas carreiras, enfrentam condições de trabalho exaustivas e remuneração modesta. Por essas razões, muitos optam por continuar ativos no mercado de trabalho mesmo após alcançarem a idade de aposentadoria, buscando garantir maior estabilidade financeira (Santos *et al.*, 2012).

### **Continuidade Laboral e a Enfermagem**

No Brasil, o setor de enfermagem enfrenta desafios estruturais significativos, que impactam diretamente as decisões dos profissionais de continuarem a trabalhar após a aposentadoria. Muitos enfermeiros enfrentam jornadas exaustivas durante suas carreiras, com múltiplos vínculos empregatícios, devido à necessidade de complementar suas rendas. Quando atingem a idade de aposentadoria, a queda significativa de seus rendimentos faz com que a continuação no mercado de trabalho seja uma escolha quase obrigatória (Macedo, 2014).

Além da questão econômica, o trabalho na área da saúde, especialmente no SUS, carrega um forte componente vocacional. Muitos trabalhadores veem no cuidado com o paciente uma missão que vai além da remuneração, o que faz com que relutem em deixar a profissão mesmo após a aposentadoria. No entanto, como destaca Paim (2018), o Sistema Único de Saúde enfrenta problemas crônicos de subfinanciamento e precarização, que sobrecarregam seus trabalhadores e os forçam a buscar alternativas para complementar suas rendas. Essa realidade reflete a fragilidade das políticas sociais brasileiras, que falham em valorizar adequadamente

os profissionais da saúde, levando-os a permanecer no mercado de trabalho mesmo em fases avançadas de suas vidas.

### **Políticas Sociais e o Impacto da Seguridade no Brasil**

As políticas sociais no Brasil, especialmente as voltadas para a seguridade social, têm sido alvo de constantes reformas desde os anos 1990. As mudanças implementadas pelos governos neoliberais, com foco em ajustes fiscais e redução dos investimentos em seguridade social, resultaram em uma diminuição significativa dos direitos previdenciários dos trabalhadores, deixando muitos aposentados em uma situação de insegurança econômica (Bravo *et al.*, 2020). Esses retrocessos impactam diretamente os trabalhadores da enfermagem, que, além de enfrentarem condições de trabalho precárias ao longo de suas carreiras, têm suas aposentadorias comprometidas pela falta de um sistema previdenciário sólido.

O conceito de política social como direito de cidadania, conforme apresentado por Pereira (2008), reforça a importância de se garantir proteção adequada aos trabalhadores em todas as fases de suas vidas, inclusive após a aposentadoria. No entanto, as reformas recentes mostram que esse direito vem sendo sistematicamente enfraquecido, forçando muitos profissionais, como os da enfermagem, a retornarem ao mercado de trabalho para garantir sua subsistência. A insuficiência da seguridade social evidencia as lacunas nas políticas públicas e a necessidade de reformas que levem em consideração o envelhecimento da população e as demandas por uma aposentadoria digna (Behring e Boschetti, 2011).

### **A Crise do Capital e Suas Consequências no Trabalho e Previdência**

O aprofundamento das crises econômicas e a financeirização das relações de trabalho têm trazido consequências profundas para os sistemas de previdência e as condições de trabalho no Brasil. Conforme aponta Silva (2015), a crise do capital levou à adoção de medidas que reduziram os direitos previdenciários e ampliaram a precarização do trabalho, forçando muitos trabalhadores aposentados a permanecerem no mercado. Isso é particularmente verdadeiro para os profissionais de enfermagem, que, devido às condições econômicas, continuam trabalhando após a aposentadoria para garantir sua sobrevivência.

No Brasil, as políticas neoliberais implementadas desde os anos 1990 intensificaram essas desigualdades, especialmente no setor da saúde. O enfraquecimento dos direitos previdenciários e a precarização das condições de trabalho levaram a uma dependência cada vez maior dos profissionais da enfermagem do mercado de trabalho, mesmo após o fim de suas carreiras formais. Nesse contexto, a necessidade de políticas sociais que garantam uma aposentadoria digna e uma proteção adequada aos trabalhadores aposentados se torna evidente (Silva, 2015).

## **Método**

O método adotado neste estudo é a revisão integrativa da literatura, que busca sintetizar as evidências disponíveis sobre a continuidade laboral de profissionais de enfermagem aposentados e sua relação com as políticas sociais brasileiras. A revisão foi estruturada com base em uma questão norteadora: "Quais são as principais motivações e desafios enfrentados por profissionais de enfermagem aposentados que continuam no mercado de trabalho, considerando o impacto das políticas sociais brasileiras?". Para responder a essa questão, foi realizada uma busca em bases de dados reconhecidas, como PubMed, Scielo, e periódicos da CAPES utilizando descritores como "enfermagem", "aposentadoria", "trabalho", "políticas sociais" e "previdência". A pesquisa foi limitada a estudos publicados entre 2000 e 2023, em português e inglês.

Os artigos foram selecionados com base em critérios de inclusão, que consideraram estudos teóricos e empíricos sobre a continuidade laboral e a influência das políticas sociais no Brasil. Após a triagem dos títulos e resumos, os textos completos foram analisados de forma detalhada, focando nas motivações para a continuidade laboral, impacto das políticas sociais e previdenciárias, e condições de trabalho na enfermagem. A análise foi conduzida por meio da síntese categorial, permitindo identificar padrões nos resultados, evidenciar a influência das reformas previdenciárias e a falta de suporte do Estado sobre as decisões dos profissionais aposentados, e destacar lacunas na literatura.

## **Resultados e discussão**

As motivações para que os profissionais de enfermagem continuem a trabalhar após a aposentadoria estão intimamente ligadas a fatores econômicos, sociais e psicológicos. Como destaca o estudo de Santos *et al.* (2012), um dos principais motivos que levam esses profissionais a se manterem no mercado de trabalho é a necessidade de complementação de renda. A insuficiência dos benefícios previdenciários, agravada pelas recentes reformas nas políticas de seguridade social, impacta diretamente a qualidade de vida desses aposentados. Conforme ressaltado por Bravo *et al.* (2020), a carência crônica de investimentos na seguridade social figura entre os principais fatores que contribuem para a vulnerabilidade financeira dos trabalhadores aposentados. Esse déficit no sistema previdenciário faz com que muitos enfermeiros não encontrem nos benefícios de aposentadoria um suporte econômico suficiente, levando-os a se manter no mercado de trabalho como meio de garantir sua sobrevivência.

Além das questões econômicas, há também uma dimensão emocional e identitária na escolha de continuar trabalhando. A maioria dos profissionais de enfermagem tem a construção da sua identidade, baseado no dia a dia de sua profissão. Assim, o desligamento completo do ambiente de trabalho pode gerar uma sensação de perda de propósito, resultando em uma busca por formas de continuar ativo profissionalmente, o que reforça o desejo de manter-se ativo no trabalho. Conforme argumenta Arendt (2007), o trabalho é um componente essencial da vida humana e da construção da identidade, o que pode explicar a resistência de muitos profissionais ao afastamento completo do ambiente de trabalho. Esse fator emocional é reforçado por Escorsim (2021), que observa que a continuidade laboral pode estar associada ao desejo de manter uma conexão com a sociedade e com o cuidado ao próximo, especialmente em profissões como a enfermagem, onde o cuidado ao outro é um valor fundamental.

## **Considerações Finais**

A continuidade laboral dos profissionais de enfermagem aposentados reflete a combinação de desafios econômicos e emocionais enfrentados por esses trabalhadores. O sistema previdenciário brasileiro, marcado pela insuficiência dos

benefícios, contribui diretamente para que muitos enfermeiros busquem alternativas no mercado de trabalho para complementar sua renda. Além disso, o trabalho desempenha um papel importante na construção de suas identidades, o que faz com que a aposentadoria represente, em muitos casos, um período de transição difícil.

A falta de suporte adequado nas políticas sociais evidencia a necessidade de mudanças que possam garantir melhores condições aos aposentados, possibilitando uma transição mais justa e que contemple não só o bem-estar financeiro, mas também o emocional. Políticas que considerem as necessidades desses profissionais devem ser implementadas, de modo a assegurar que a aposentadoria seja um momento de estabilidade e dignidade, e não de incertezas. O estudo sugere, ainda, a importância de novas investigações que levem em conta tanto os fatores econômicos quanto os aspectos subjetivos envolvidos na decisão de continuar trabalhando após a aposentadoria.

## **Referências**

ARENDRT, H. A condição humana. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. p. 15-26.

BEHRING, E; BOSCHETTI, I. Política Social. Fundamentos e História. São Paulo: Cortez, 2013, p. 71-81.

BRAVO, M. I. S., Junger Pelaez, E., Fiuza Cislighi, J., Rossetti Behring, E., Oliveira Teixeira, S., & Boschetti, I. S. (2020). Ajuste fiscal e seguridade social: retrocessos e desafios em tempos de ofensiva conservadora. *Revista de Políticas Públicas*, 24, 200-220. Universidade Federal do Maranhão, Brasil. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/15104/7993>.

ESCORSIM, S. M. O envelhecimento no Brasil: aspectos sociais, políticos e demográficos em análise. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 142, p. 427-446, set./dez. 2021.

MACÊDO, M. L. A. F.; PIRES, D. E. P.; CAVALCANTE, C. A. A. Aposentadoria na enfermagem: uma revisão de literatura. *REME - Revista Mineira de Enfermagem*, 18(4), 979-985, 2014.

PAIM, Jairnilson Silva. Sistema Único de Saúde (SUS) aos 30 anos. In. *Ciênc. Saúde coletiva* [online]. 2018, vol.23, n.6, pp.1723-1728. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v23n6/1413-8123-csc-23-06-1723.pdf>

PEREIRA, P. A. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In. BOSCHETTI, I. et al. (ORG). Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, E. L., et al. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. DRd – Desenvolvimento Regional em Debate, v. 2, n. 1, p. 44-61, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.22/1858>. Acesso em: 12 mai. 2024.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. Trabalho e previdência social no Brasil no contexto de crise do capital. O Social em Questão, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 34, p. 137-160, 2015. Disponível em: [https://fundacaoanfi.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/OSQ\\_34\\_6\\_Silva.pdf](https://fundacaoanfi.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/OSQ_34_6_Silva.pdf).